



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO NOVO EMBAIXADOR DA AUSTRÁLIA
JUNTO DA SANTA SÉ POR OCASIÃO
DA APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS**

Quinta-feira, 20 de Maio de 1999

Senhor Embaixador

É com prazer que lhe dou as boas-vindas no início da sua missão como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Comunidade da Austrália junto da Santa Sé. Ao receber as suas Cartas Credenciais, agradeço-lhe as saudações que me transmitiu da parte do Governador-Geral, Sua Excelência o Senhor William Deane, e do Primeiro-Ministro, Sua Excelência o Ilustre Senhor John Howard. Pediria que lhes comunicasse, bem como ao povo australiano, os meus bons votos e a certeza das minhas orações pela paz e a prosperidade da nação.

Nas suas relações diplomáticas, a Santa Sé procura oferecer a todos os povos um serviço muito distintivo, em benefício de uma vida plenamente humana, na paz e na harmonia, considerando também o bem comum e o desenvolvimento integral dos indivíduos e das nações. Senhor Embaixador, é-me grato observar que Vossa Excelência falou da «busca da obtenção da dignidade fundamental para todos», dado que esta ocupa um lugar central na actividade diplomática da Santa Sé. Uma vez que a Austrália e a Santa Sé empreendem juntas esta busca podemos falar, como Vossa Excelência fez, de «valores partilhados e da comum abordagem da salvaguarda da vida dos cidadãos e dos seus direitos».

À luz disto, a Santa Sé acompanha com interesse as preparações na Austrália para a celebração do centenário da Federação. O centenário oferece à Austrália uma oportunidade para abordar a problemática da identidade nacional, que inevitavelmente compreende a questão dos valores fundamentais. De certa forma, a chegada de um novo milénio apresenta a todos este problema crucial; contudo, neste momento ele parece especialmente pertinente na história da Austrália.

No cerne da questão dos valores fundamentais existe o problema ainda mais profundo da visão do ser humano, sobre a qual está fundamentada a sociedade australiana e que se exprime num documento como a Constituição. Trata-se

porventura de uma visão que em última análise nega a dignidade humana e por conseguinte subverte o bem comum? Ou trata-se acaso de uma visão que alimenta o sentido da dignidade da pessoa e consequentemente beneficia o bem comum?

Tais interrogativos são mais do que teóricos, quando passamos a considerar um tema tão concreto quanto a reconciliação do povo aborígine da sua terra com aquelas populações que ali se estabeleceram em tempos mais recentes. Quem é que pode esquecer a dolorosa história dos primeiros habitantes da Austrália e a actual necessidade de reconciliação e cura? Todavia, mesmo entre pessoas de boa vontade existem desacordos no que se refere às modalidades de alcançá-las. Mas no meio de tão grande complexidade uma coisa é certa: a questão não se resolverá senão com base numa visão inequívoca da dignidade de cada ser humano (cf. *Discurso aos Aborígenes e aos Habitantes do Estreito de Torres*, Alice Springs, 1986; cf. ed. port. de *L'Osservatore Romano* de 14 de Dezembro de 1986, pp. 8-9, n. 11) e do firme sentido dos direitos humanos que nenhum indivíduo, grupo ou governo pode pretender conceder ou negar, dado que os direitos do homem são transcendentais, inatos em cada homem e mulher.

A questão da dignidade humana e dos direitos do homem é abordada de maneira não menos evidente por problemáticas vinculadas ao início e ao termo da vida humana. A Santa Sé esclareceu que considera com preocupação a tendência de as legislações sancionarem a morte dos nascituros e daquelas pessoas cujas vidas estão a aproximar-se do próprio fim. E fá-lo porque a Santa Sé considera o aborto e a eutanásia ofensivas contra a dignidade humana e subversivas no que se refere ao bem comum. Um dos grandes paradoxos de hoje é o facto de, às vezes, a retórica dos direitos humanos se fazer acompanhar pela negação do direito mais elementar de todos, isto é, o direito à própria vida. Este século demonstrou que quando se nega o direito à vida de algumas categorias de pessoas, então todos os direitos humanos estão em perigo. A Austrália goza de uma liberdade conquistada a alto preço, mas a liberdade é sempre um bem efémero e jamais pode ser considerada com gratuidade. O respeito pelo direito à vida é decisivo porque em última análise corresponde ao respeito da liberdade. Uma visão sólida e integral do ser humano oferecerá também o melhor fundamento para o exercício das responsabilidades regionais por parte da Austrália. Não é insignificante o facto de a Austrália ter alcançado tão grande estabilidade e prosperidade num lapso de tempo relativamente breve e perante enormes dificuldades. Todavia, esta estabilidade e prosperidade conferem também obrigações especiais, numa região que conhece tanto a pobreza como a incerteza política. Sob um ponto de vista pragmático, é do interesse da Austrália ter vizinhos estáveis e prósperos; todavia, o pragmatismo de per si não pode definir a plena finalidade da resposta da Austrália aos desafios que toda essa região está a enfrentar. É verdade que cada nação deve defender e promover os seus interesses, mas o interesse egocêntrico por si só não pode determinar o papel da Austrália nessa região. Para além do pragmatismo e do interesse egoísta, as pessoas atingidas pela instabilidade e pela pobreza têm o direito de ser assistidas por aqueles que não são tão afligidos; e este direito de ser auxiliado implica o dever de ajudar.

Em última análise, cada sociedade será julgada em conformidade com o seu modo de tratar os mais frágeis; este é o motivo pelo qual as questões da reconciliação aborígine, do início e do fim da vida, e da responsabilidade regional são importantes, agora que a Austrália reflecte sobre a própria identidade e delineia o caminho rumo ao futuro. Ao cumprir a sua missão religiosa, social e cultural, a Igreja católica na Austrália procura assegurar que o novo século e o novo milénio dêem testemunho do ulterior desenvolvimento de uma nação em que os mais débeis sejam apreciados em virtude do facto que a dignidade inalienável de cada ser humano é o critério de toda a vida pessoal, social e política.

Senhor Embaixador, no momento em que Vossa Excelência entra na comunidade dos diplomatas acreditados junto da Santa Sé, asseguro-lhe a pronta colaboração dos vários departamentos da Cúria Romana. Possa a sua missão ajudar a fortalecer o vínculo de amizade entre o seu Governo e a Santa Sé, e oxalá estes laços contribuam enormemente para o bem-estar do seu país. Sobre Vossa Excelência, a sua família e os seus concidadãos, invoco as abundantes bênçãos do Todo-Poderoso.

© Copyright 1999 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana